



ST17. MUNDOS DO TRABALHO CONDIÇÕES DE TRABALHO E RESISTÊNCIAS DOS TRABALHADORES

1197

POR MÃOS FEMININAS: REFLEXÕES SOBRE TRABALHO E EDUCAÇÃO

*Francisca Pereira Araújo**

Resumo: Com este estudo, apresentamos uma reflexão sobre as operárias de fábricas de fiação no recorte temporal compreendido entre 1960 e 1980 na cidade de Campina Grande. No decorrer de nossa pesquisa, se torna relevante refletir sobre a importância da educação escolarizada na trajetória dessas mulheres. Como procedimento metodológico, utilizamos relatos orais de mulheres idosas que nos falaram sobre as suas vivências no mundo do trabalho urbano, suas experiências trabalhistas e educacionais. Apesar de estarmos iniciando nossa pesquisa sobre trabalho feminino, percebemos que a falta de educação escolarizada trouxe como consequência para a vida dessas mulheres a impossibilidade de crescimento econômico e de acesso a cargos melhores remunerados.

Palavras-chave: Trabalho. Educação. fábricas de fiação.

INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa, que resultará na dissertação, tem como tema *Memórias do trabalho feminino fabril*. Neste estudo, apresentamos uma reflexão sobre a importância da educação escolarizada na trajetória das operárias de fábricas de fiação,¹ suas experiências trabalhistas e, sobretudo, educacionais. Utilizamos como palco dessas reflexões, a cidade de Campina Grande – PB e isso no recorte temporal compreendido entre 1960 e 1980.

Este artigo consiste num fragmento dessa pesquisa, resultado de inquietações acerca da presença/ausência de educação escolarizada na trajetória dessas mulheres trabalhadoras. Como procedimento metodológico, utilizamos relatos orais de mulheres ex-operárias que nos falaram sobre o mundo do trabalho urbano fabril.

* Mestranda em História - Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

¹ As fábricas mencionadas neste trabalho são: Indústria Têxtil de Campina Grande, Comércio e Indústria Marques de Almeida Ltda., e Cotonifício Campinense S/A – Fiação e Tecelagem.

Apropriamo-nos de suas lembranças que nos levaram a compreender suas vivências e experiências trabalhistas e educacionais. Suas narrativas, seus falares, sua forma de narrar, foram fundamentais para compreendermos nosso objeto de estudo. Analisando a trajetória de algumas operárias, percebemos que para conseguirem se socializar, criaram estratégias de sobrevivência nos espaços de trabalho, educação e lazer.

MEMÓRIAS DE OPERÁRIAS: TRABALHO E EDUCAÇÃO EM CAMPINA GRANDE

Barros ² reconhece que a História Oral - modalidade mais recente das ciências históricas - é uma conquista muito importante para a historiografia e até para a humanidade. Através desta abordagem, “as memórias podem ser registradas em depoimentos, gravados ou anotados, e as visões e percepções de mundo de indivíduos que um dia irão perecer também podem encontrar o seu registro”.

Em se tratando de oralidade, Alberti afirma que “A História oral permite o registro de testemunhos e o acesso à ‘história dentro da história’ e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado”. ³

O relato diz respeito ao novo, ao inesperado, tem uma dimensão poética, cada palavra é diferente. As entrevistas nos auxiliaram na compreensão da dinâmica das vivências dessas mulheres trabalhadoras, operárias, que ficaram registradas. A esse respeito Freitas nos esclarece:

Uma entrevista é uma troca de experiência entre duas pessoas. É uma relação que se estabelece entre pessoas com experiências, formação e interesses diferentes. São pessoas que, apesar de pertencerem a diversas faixas etárias e diferentes condições socioeconômicas e culturais, estarão dialogando e interagindo sobre uma mesma questão.
4

A riqueza da História oral está relacionada ao fato de ela permitir o conhecimento de experiências e modos de vida de diferentes grupos sociais. Nesse sentido, o pesquisador tem acesso a múltiplas histórias sobre um mesmo tema.

Paul Thompson discute na sua obra *A voz do passado* as implicações do uso de fontes orais para a história e para a sociedade. “A tensão percebida pelo historiador oral é a tensão básica: entre história e vida real”. O autor ainda nos leva a pensar que o interesse pelo testemunho oral é a relação entre a lembrança espontânea, a recordação solicitada e o silêncio.

Para ele, a ausência é tão significativa quanto a presença. Vale lembrar que, o relato oral que está sendo produzido é totalmente diferente de qualquer tipo de documento, pois se trata de um material que se ajudou a criar. Ele assim coloca:

² Ver BARROS, José D’Assunção. *Rupturas entre o presente e o passado: Leituras sobre as concepções de tempo de Koselleck e Hannah Arendt*. Revista Páginas de Filosofia, v. 2, n. 2, p. 71, jul/dez. 2010.

³ ALBERTI, Verena. Fontes Oraís. Histórias dentro da História. In: *Fontes Históricas*. Carla Bassanezi Pinsky (Org.). São Paulo: Contexto, 2010.

⁴ FREITAS, Sônia Maria de. *História Oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

[...] estou convencido do rico potencial que permanece aberto para a história oral, no Brasil e internacionalmente, hoje e no futuro. Aprender a ouvir é uma habilidade humana fundamental: para aqueles que importam, a história oral está aí para nos ajudar a compreender melhor nossos passados e para criar memórias nacionais muito mais ricas, mas também para nos ajudar a construir um futuro melhor, mais amável, mais democrático.⁵

No nosso período de tempo recortado para análise, ou seja, meados do século XX, o desenvolvimento econômico brasileiro contribuiu para aumentar o número de trabalhadores em todo o país.

A participação feminina no mercado de trabalho ocorreu bem cedo, mas nas décadas de 50-60 do século XX atingiu proporções elevadas. Refletindo um pouco sobre a formação do mercado nacional de trabalho, somos levados a compreender:

A formação do mercado nacional de trabalho era, portanto, caracterizada precocemente por uma dualidade, que dava origem à heterogeneidade e à desigualdade hoje existentes e se expressava em mercados de trabalho regionais totalmente distintos. Enquanto nascia um mercado assalariado de trabalho assentado no trabalhador branco nas regiões Sudeste e Sul, ratificava-se um mercado não assalariado de trabalho predominado pelo trabalho negro na região Nordeste.⁶

Podemos perceber que na cidade campinense haviam maneiras diversificadas de sobrevivência, onde as mulheres viviam, trabalhavam e moravam. Suas ruas, bairros, centro e os arredores propiciavam a muitas delas a possibilidade de *ganhar* a vida.

No período por nós estudado, havia várias fábricas em Campina Grande, principalmente de fiação, de calçados e curtumes. Para as nossas colaboradoras, o trabalho se constituiu num fator de fundamental importância para suas vidas. O trabalho se constitui na base da sobrevivência humana, muito mais do que o ato de trabalhar, pois ele também é portador de prestígio social. Nesse sentido:

Privar, portanto, uma pessoa do trabalho, além de tudo, arrisca sua sobrevivência física, pois, mesmo no caso de esta ser assegurada fora das condições normais de cooperação no trabalho, a ausência de reconhecimento da própria identidade, decorrente desse processo, promove grande sofrimento e leva a distorções na percepção e no comportamento dos indivíduos a ele submetidos.⁷

Nossa colaboradora Maria de Lourdes Lima Santos⁸ nos relata:

⁵ THOMPSON, Paul. A voz do passado – História Oral. 2. Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

⁶ BARBOSA, Alexandre de Freitas. A formação do mercado de trabalho no Brasil. São Paulo: Alameda, 2008, p. 10.

⁷ PINTO, Geraldo Augusto. A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 10.

⁸ Natural de Soledade, Cidade situada aproximadamente 60 km de Campina Grande – PB.

Quando eu comecei a trabalhar tinha treze anos. Aqui duas tias minhas, que trabalhavam pra ajudar minha vó, meu avô, aí duas tias minhas casaram, a outra ficou sem trabalho. Aí ela disse que não podia me ajudar e que eu precisava parar de estudar para ir trabalhar, aí não pude estudar mais, pois precisava ajudar na despesa da casa. Fazia feira, sempre ajudei meus sobrinhos, os filhos do meu irmão. Naquele tempo eu ia fazer a admissão, eu que era mais nova fui trabalhando, ajudando, ajudando... Depois eu voltei a estudar no Roberto Simonsen e fui até a sétima série, eu não entendia muito inglês e matemática, aí parei de estudar.

Quando ela se refere a esse período de sua vida, ela diz: “Eu era feliz e não sabia”. No período por nós recortado para estudo, a cidade de Campina Grande passava por uma efervescência política, desenvolvimento urbano, social e econômico e muito se falou sobre a modernização, os emblemas do moderno, a urbanização.

Campina Grande, interior da Paraíba, é conhecida como uma cidade tipicamente comercial. No decorrer de sua história, foi cognominada de Terra dos Negócios, Terra das Oportunidades, Capital do Trabalho.⁹

Nesta perspectiva, a imagem de um município próspero onde se podia crescer financeiramente atraía muitas pessoas, famílias que vinham do interior do Estado. A imagem de Campina Grande como um município rico, centro comercial, atraía famílias pelo renome que desfrutava. Somos levados a perceber que

Campina Grande, na Paraíba, tornou-se uma grande região produtora de algodão. A cotonicultura, explorada por pequenos e médios agricultores, passou a representar uma atividade de grande importância socioeconômica, tanto na oferta de matéria-prima para a indústria têxtil e oleaginosa, quanto na geração de empregos e renda. Historicamente, era chamada de “ouro branco”, pela riqueza que gerava.¹⁰

Na cidade campinense, homens e mulheres vieram de muitas cidades da região para tentar a vida. Como mulheres trabalhadoras fabris vivenciaram suas experiências no mundo do trabalho em meio a esse cenário? Nessa cidade, no final dos anos 50 do século XX, percebemos conforme Araújo que,

Nesse período, o processo de concentração fundiária contribui para que grande parte da população do campo seja obrigada a emigrar para as cidades. Os que conseguem enquadrar-se na nova ordem vão ser artesãos, pequenos produtores, trabalhadores de comércio, funcionários públicos, pequenos comerciantes, vendedores ambulantes, ferreiros e outras categorias do mesmo nível, além dos que conseguem trabalhar nas poucas fábricas locais. [...] Ao mesmo tempo em que se estruturavam novos bairros como a Prata, que seriam ocupados por industriais e comerciantes, recém-chegados à cidade,

⁹ Ver SÁ, Marisa Braga de. A paisagem recriada: um olhar sobre a cidade de Campina Grande. In: *Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande*. Eliete de Queiroz Gurjão (Org.). Campina Grande: A União, 2000.

¹⁰ VAINSENER, Semira Adler. Algodão. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

levantavam-se bairros ocupados pelos comerciários e operários, como José Pinheiro, Bodocongó e Liberdade.¹¹

O algodão no início do século XX foi para Campina Grande a principal atividade responsável pelo crescimento da cidade, atraindo comerciantes de todas as regiões da Paraíba e de todo o Nordeste. O auge da produção do algodão¹², da cotonicultura na cidade se deu nas primeiras décadas do século XX, o bairro de Bodocongó era praticamente o Distrito Industrial de Campina Grande. Sobre o crescimento de Campina Grande e o comércio do algodão, temos:

O período entre 1940 e 1960 foi excepcionalmente pródigo, com elevado volume de exportação de algodão. Foi notável a formação de grandes fortunas, o que determinou uma expansão urbana vertiginosa. No início da década de 60, a cidade tem 21.640 prédios e mais 70 ruas pavimentadas.¹³

Em decorrência desse *boom* econômico verificado na cidade, Campina Grande recebe grandes contingentes de migrantes advindos de cidades circunvizinhas à procura de condições de sobrevivência.

Podemos perceber que na cidade campinense haviam maneiras diversificadas de sobrevivência, onde as mulheres viviam, trabalhavam e moravam. Suas ruas, bairros, centro e os arredores propiciavam a muitas delas a possibilidade de *ganhar* a vida.

Vimos que as mulheres tiveram que enfrentar muitas adversidades, mas apesar disso, resistiram e tem resistido contra as péssimas condições de vida, trabalho, saúde e educação. Nesse sentido:

[...] a Educação desempenha uma centralidade. Não dispensa outras condições para que os excluídos da História se incluam, como recurso de sobrevivência material (terra, trabalho, salários) e de reprodução dessa sobrevivência. Mas a Educação, na medida em que significa o processo de socialização cultural, é que garante a transmissão de culturas e possibilita, a partir disso, a produção de novos conhecimentos, ampliando o patrimônio herdado, por sua transformação a cada geração, a cada presente histórico. É a Educação que permite aos seres humanos a inteligibilidade de seu ser-estar no mundo, de sua trajetória, dando-lhes consciência como sujeitos históricos.¹⁴

¹¹ ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. A ciranda da política campinense: 1945/1964. In: *Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande*. GURJÃO, E. Q. (Org.). Prefeitura Municipal de Campina Grande/Secretaria da Educação, 2000, p. 80.

¹² Sobre o surgimento, auge e declínio da economia algodoeira em Campina Grande, além de outros aspectos relevantes dessa cultura, como: produção e exportação, ver SILVA, Josefa Gomes de Almeida. *Latifúndio e Algodão em Campina Grande: Modernização e Miséria*. Mestrado em História, UFPE, 1985. Ver também VIANA, Marly de Almeida Gomes. *O município de Campina Grande 1840-1905: estrutura de distribuição de terras, economia e sociedade*. Campina Grande: EDUFCEG, 2013.

¹³ GURJÃO, Eliete de Queiroz (et al). *O bairro de José Pinheiro: ontem e hoje*. João Pessoa: Secretaria da Educação e Cultura, 1999, p. 20.

¹⁴ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. O embate dos negros no Brasil: educação contra o preconceito e a desigualdade. In: *População negra na Paraíba: Educação, História e Política*. ROCHA, S. P; FONSECA, I. S. (Orgs.). Campina Grande: EDUFCEG, 2010, p. 20.

Durante muito tempo propalou-se que era preciso educar as meninas, mas não instruí-las, ou instruí-las apenas naquilo que as tornasse agradáveis e úteis, apenas um saber social. As meninas deveriam ser formadas para exercer seus papéis futuros de mulher, dona de casa, esposa e mãe.

Nesse sentido, Perrot “[...] reitera-se a afirmação de que a instrução é contrária tanto ao papel das mulheres quanto a sua natureza: feminilidade e saber se excluem. A leitura abre as portas perigosas do imaginário”.¹⁵ Deste modo, essas mulheres estavam aptas a serem inseridas no mercado de trabalho campinense da época? Sobre o universo do trabalho feminino, somos esclarecidos que,

A partir da década de 1960, a empregabilidade feminina crescerá de forma sistemática tornando-se constante, intensa e diversificada. Vários elementos contribuirão para tanto. A redução do poder de compra e o arrocho salarial colocaram em xeque a sobrevivência e capacidade de consumo das famílias, levando mulheres de setores populares ao mercado de trabalho.¹⁶

O trabalho nas fazendas e mesmo nas atividades fabris e industriais que se formavam nas cidades não requeriam de modo significativo uma instrução formal. A mesma ideia pode ser atribuída em relação às especializações, pois o trabalho nas fábricas e incipientes indústrias igualmente desconsideravam de início pelo menos, habilidades específicas, ao considerarmos que a maioria destes ofícios era apreendida no próprio trabalho.

Ao ouvirmos o relato de D. Antônia Francisca de Souza¹⁷, identificamos resquícios dessa forma de pensar em meados do século XX na cidade campinense. Semianalfabeta, agricultora durante sua infância e adolescência, na juventude foi tecelã, função que exerceu até aposentar-se.

Mas para D. Antônia foi mais complicado, teve que lutar para conseguir o consentimento das suas tias para se alfabetizar, como ela mesma diz *assinar o nome*. Mostra certa aflição quando nos diz:

Eu tinha muita vontade de estudar, mas minhas tias não queria deixar. O povo antigamente era tão burro que não queria que o povo estudasse principalmente as mulhé (sic), pra num aprender a escrever pra num mandar carta pra home (sic). Eu vim estudar quando comecei a trabalhar na fábrica. A maioria assinava o nome, eu e outros colocava o dedo, eu tinha uma vergonha! Aí uma amiga minha botou uma escola pela Prefeitura e me chamou pra estudar com ela. Eu disse: vou não, eu chego muito cansada, mas vou pedir pra ver se minhas tias me deixa estudar, e olha que eu já tinha mais de vinte anos.

¹⁵ PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 93.

¹⁶ MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no espaço produtivo. In: *Nova história das mulheres no Brasil*. Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2012, p. 142.

¹⁷ Natural de Umbuzeiro, cidade paraibana que faz divisa com o Estado de Pernambuco.

Ela diz que começou a estudar quando começou a trabalhar na fábrica, apesar de que geralmente a instrução formal não era requisito necessário para ingressar nesse tipo de trabalho.

Em linhas gerais, no tocante à educação no Brasil ¹⁸ dos anos 60 do século XX, as pessoas consideradas pobres quase não tinham acesso à escola pública. Aqueles que concluíam o ginásio já se consideravam privilegiados, como podemos perceber no relato de nossos colaboradores. Os mais pobres geralmente só terminavam o primário, o que já garantia um diferencial no âmbito profissional.

Era motivo de orgulho concluir o primário, com isso podiam trabalhar em um escritório, assumir cargo de encarregado, ser supervisor em uma fábrica ou até mesmo a gerência de uma pequena empresa. O científico era garantia de uma posição de mais qualidade.

O caráter antidemocrático do Regime Militar (1964-1985) refletiu também na educação, todas as tentativas de melhorar a educação eram consideradas *subversivas*. Mas foi um período de grande expansão das universidades no Brasil. E foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAF para acabar com o analfabetismo no país.

Na segunda metade da década acima referida, o país ingressou em um forte ciclo de industrialização. O parque industrial brasileiro alcançou grande prosperidade, foi o que se chamou de *milagre brasileiro*. Neste sentido, havia necessidade urgente de mão de obra de nível elementar e médio que pudesse ocupar os postos abertos na produção nacional.

O governo militar então promoveu uma grande reforma educacional, foram legalizados e estimulados novos cursos técnicos. Abandonou-se o caráter humanista da educação e adotou-se uma proposta tecnicista. A Escola precisava adequar-se ao trabalho industrial, surgiram mais escolas estaduais industriais com profissionalização de nível médio. Nesse período surgiu a frase de efeito, representativas da nova mentalidade *o trabalho dignifica*. Maria de Fátima Silva Oliveira¹⁹ Trabalhou no *Cotonifício Campinense S/A – Fiação e Tecelagem* muito jovem ainda, com 19 anos e nos relata sua experiência:

Eu fiz o curso no SENAC. Eu trabalhava junto com a secretária, que no momento não me recordo do nome, eu tinha um bom relacionamento com meus colegas de trabalho, a gente dividia as tarefas e até o lanche. O salário eu não posso dizer a você que era um salário, era realmente uma quantidade muito irrisória, principalmente porque eu era estagiária e eu recebia muito pouco. Não havia conforto, não havia ventilação no local, as condições de trabalho lá eram precárias. O chefe eu só via de longe, era Dr. Guilherme, eu não tinha contato com ele, eu o vi algumas vezes dentro da fábrica, mas de longe. Nunca falei com ele, nunca tive nenhum contato com ele não,

¹⁸ Ver ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

¹⁹ Natural da cidade de Arcoverde, Pernambuco.

só com a secretária dele que era quem falava as coisas pra gente. O salário era muito pouco mesmo, não dava pra suprir minhas necessidades e ajudar minha família. Só dava pra pagar ônibus. Tinha muitas mulheres trabalhando lá, elas davam os turnos delas, umas sofriam explorações devido ao horário, tinham que ficar o dia inteiro, outras não elas saíam na hora, mas sempre tinha aquelas que como eu disse a você no começo, era mais exploradas, eu era uma delas, eu era aproveitada para fazer vários serviços. Na época eu era solteira e morava com os meus pais. Quem tomava conta da casa era minha mãe e que tomava conta das despesas era meu pai. Eu não tinha despesa nenhuma em casa. Trabalhava só pra suprir minhas necessidades. Nas horas vagas, eu estudava, fazia cursos. As condições de trabalho na Campina da época de 70-80 não era difícil pra trabalhar. Eu acredito até que era mais fácil pra gente arranjar emprego do que hoje. Era bem mais fácil porque nós fazíamos cursos pelo SENAC e logo éramos aproveitadas, na antiga TELPA, estagiei na antiga TELPA também e trabalhei em outros locais porque ofereciam portas para trabalhar, não pagava bem, mas o importante é que todo mundo trabalhava. Naquela época, sempre achei muito bom, o campo de trabalho de Campina é muito bom.

Ao longo da década de 70, essa prosperidade foi diminuindo. As crises da economia mundial diminuíram o ritmo de crescimento da economia brasileira, que ficou endividado, gerando a maior dívida externa do mundo. Matos; Borelli nos esclarecem:

A expansão do ensino médio e universitário possibilitou a ampliação da escolaridade feminina em diferentes níveis e áreas do conhecimento. Entre 1970-75, por exemplo, o número de mulheres nas universidades aumentou em cinco vezes, enquanto o de homens dobrou. O avanço da escolaridade entre as mulheres se ampliou nas décadas seguintes e gerou impacto no mercado de trabalho, tornando-as economicamente mais competitivas e capazes de enfrentar resistências e preconceitos e aumentar sua presença em setores até então impermeáveis ao feminino.²⁰

No início da década de 80, os economistas considerava o Brasil enfrentava grave crise financeira, a qualidade da educação que já não era boa, piorou. Segundo estudiosos da área, durante toda a década de 80, a escola pública brasileira atingiu a pior qualidade de toda a sua história.

As relações entre educação e mundo do trabalho²¹ são hoje bastante complexas. A educação, entendida como troca e diálogo entre e intergerações, garante que homens e mulheres retransmitam esses conhecimentos uns aos outros.

Com a constituição da escola, espaço destinado à transmissão de saberes, fica estabelecido possibilidades de vinculação entre a educação escolar e o mundo do trabalho.

²⁰ MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no espaço produtivo. In: *Nova história das mulheres no Brasil*. Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2012, p. 145.

²¹ Ver CIAVATTA, Maria. *Memória e temporalidades do trabalho e da educação*. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ, 2007.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para muitas de nossas depoentes, foi dificultado o acesso à escolaridade, a qual possibilita a apropriação de conhecimentos. Depreendemos que a falta de educação escolarizada é uma lacuna que traz enormes prejuízos para as mulheres que necessitam trabalhar para se sustentarem e contribuírem para a sobrevivência de familiares. Kruppa pondera:

Mas uma educação capaz de constituir o processo de tornar-se cidadão; isto é, um processo voltado à formação de sujeitos sociais participantes do exercício e usufruto do trabalho, da geração e uso dos conhecimentos, e do exercício da responsabilidade do Governo sobre a sua cidade. Esta proposta se põe radicalmente contra qualquer proposta de educação discriminatória e reforçadora dos mecanismos, os antigos e os mais novos, de exclusão social.²²

1205

Vários trabalhos de autores brasileiros sobre o tema mostram como é difícil a mobilidade ascensional da mulher. Apesar das nossas operárias estarem inseridas no trabalho formal, a maioria das mulheres da época trabalhava na informalidade ou como empregadas domésticas.

Esses estudos ainda apontam pouca ou nenhuma escolaridade, pouca ou nenhuma qualificação, dificultando o acesso dessas mulheres a empregos melhores e salários mais altos.

Percebemos que muitas mulheres por nós entrevistadas não tiveram pleno acesso à educação formal, uma vez que não lhes foi dado condições para isso, muitas ingressando precocemente no mercado de trabalho.

Expomos aqui apenas alguns fragmentos de vidas de algumas mulheres trabalhadoras, operárias que nos expuseram suas lutas. Ao analisarmos suas histórias, notamos a capacidade de superação de realidades, ambientes e trabalhos, muitas vezes adversos.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Fontes Oraís. Histórias dentro da História. In: *Fontes Históricas*. Carla Bassanezi Pinsky (Org.). São Paulo: Contexto, 2010.

ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. A ciranda da política campinense: 1945/1964. In: *Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande*. GURJÃO, E. Q. (Org.). Prefeitura Municipal de Campina Grande/Secretaria da Educação, 2000.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A formação do mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.

BARROS, José D'Assunção. *Rupturas entre o presente e o passado: Leituras sobre as concepções de tempo de Koselleck e Hannah Arendt*. Revista Páginas de Filosofia, v. 2, n. 2, p. 71, jul/dez. 2010.

²² KRUPPA, Sônia Maria Portella. Educação e trabalho na perspectiva dos sujeitos sociais. In: *Educação e o mundo do trabalho*. Boletim 17, setembro 2005.

CIAVATTA, Maria. *Memória e temporalidades do trabalho e da educação*. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ, 2007.

FREITAS, Sônia Maria de. *História Oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GURJÃO, Eliete de Queiroz (et al.). *O bairro de José Pinheiro: ontem e hoje*. João Pessoa: Secretaria da Educação e Cultura, 1999.

KRUPPA, Sônia Maria Portella. Educação e trabalho na perspectiva dos sujeitos sociais. In: *Educação e o mundo do trabalho*. Boletim 17, setembro 2005.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no espaço produtivo. In: *Nova história das mulheres no Brasil*. Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2012.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

PINTO, Geraldo Augusto. *A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

SÁ, Marisa Braga *apud* GURJÃO, Eliete de Queiroz (et al). *O bairro de José Pinheiro: ontem e hoje*. João Pessoa: Secretaria da Educação e Cultura, 1999.

SÁ, Marisa Braga de. A paisagem recriada: um olhar sobre a cidade de Campina Grande. In: *Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande*. Eliete de Queiroz Gurjão (Org.). Campina Grande: A União, 2000.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. O embate dos negros no Brasil: educação contra o preconceito e a desigualdade. In: *População negra na Paraíba: Educação, História e Política*. ROCHA, S. P; FONSECA, I. S. (Orgs.). Campina Grande: EDUFCEG, 2010.

THOMPSON, Paul. A voz do passado – História Oral. 2. Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

VAINSENER, Semira Adler. Algodão. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife.

Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

FONTES ORAIS

Antônia Francisca de Souza. Trabalhou na fábrica Comércio e Indústria Marques de Almeida Ltda. e no Cotonifício Campinense S/A – Fiação e Tecelagem. *Entrevista concedida à autora*. Campina Grande, 2010.

Maria de Lourdes Lima Santos. Trabalhou em diversas fábricas de fiação, como: Indústria Têxtil de Campina Grande, Comércio e Indústria Marques de Almeida Ltda., e no Cotonifício Campinense S/A – Fiação e Tecelagem. *Entrevista concedida à autora*. Campina Grande, 2013.

Maria de Fátima Silva Oliveira. Trabalhou no Cotonifício Campinense S/A – Fiação e Tecelagem. *Entrevista concedida à autora*. Campina Grande, 2013.